

---

## REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. *Curso de direito financeiro brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ABRAHAM, Marcus. Efetividade e vinculação das leis orçamentárias e a ADI 4.663. In: GOMES, Marcus Lívio; ABRAHAM, Marcus; TORRES, Heleno Taveira (coord.). *Direito financeiro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: homenagem ao ministro Marco Aurélio*. Curitiba: Juruá, 2016. p. 303-321.

ABRAHAM, Marcus. Impasse do orçamento impositivo. *Coluna Fiscal JOTA*, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-fiscal/impasse-do-orcamento-impositivo-12032020>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ABRAHAM, Marcus. Orçamento público como instrumento de cidadania fiscal. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, v. 17, n. 17, p. 109-209, 2015.

ABRAHAM, Marcus. Sobre a Emenda Constitucional nº 100: a certeza da impositividade orçamentária. *Coluna JOTA*, 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-fiscal/sobre-a-emenda-constitucional-no-100-a-certeza-da-impositividade-orcamentaria-04072019>. Acesso em: 13 nov. 2019.

ABRAHAM, Marcus. *Teoria dos gastos fundamentais: orçamento público impositivo – da elaboração à execução*. São Paulo: Almedina, 2021.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. *O tempo dos governantes incidentais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ACKERMAN, Bruce. *Nós, o povo soberano: fundamentos do direito constitucional*. Tradução Mauro Raposo de Mello. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

ACKERMAN, Bruce. The new separation of powers. *Harvard Law Review*, v. 113, n. 3, 2000.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. 13. ed. São Paulo: Ática: 2000. v. 1. p. 111-185.

ALESSI, Renato. *Sistema istituzionale dei diritto amministrativo italiano*. 3. ed. Milano: Giuffrè, 1960.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMARAL, Gustavo. *Direito, escassez & escolha*: critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

AMES, Barry. *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.

ARISTÓTELES. *A política*. Tradução Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. *Processo legislativo e orçamento público*: função de controle do Parlamento. São Paulo: Saraiva, 2012.

ASSONI FILHO, Sérgio. Artigos 58 a 70. In: CONTI, José Mauricio (coord.). *Orçamentos públicos*: a Lei nº 4.320/64 comentada. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019. p. 214-242.

ASSONI FILHO, Sérgio. *Transparência fiscal e democracia*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009.

ATALIBA, Geraldo. *República e Constituição*. São Paulo: Malheiros, 1998.

ÁVILA, Humberto. Neoconstitucionalismo: entre a “ciência do direito” e o “direito da ciência”. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, v. 17, p. 1-19, 2009.

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do Estado*. 44. ed. São Paulo: Globo, 2003.

BAEZ, Narciso Leandro Xavier; MEZZAROBBA, Orides. A efetivação dos direitos humanos fundamentais na ordem jurídica interna dos Estados. In: SARLET, Ingo Wolfgang et al. (org.). *Constituição e direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 425-446.

BALDO, Rafael Antônio. *Orçamento público revisitado*: o desenvolvimento dos paradigmas orçamentários a partir dos princípios da legalidade, da economicidade e da legitimidade. Orientador: José Mauricio Conti. 2020. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

- BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- BALEEIRO, Aliomar. *1891*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012 (Coleção Constituições Brasileiras, v. II).
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- BARCELLOS, Ana Paula de. *Direitos fundamentais e direito à justificativa: devido procedimento na elaboração normativa*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. *Revista de Direito Administrativo*, v. 240, p. 83-105, 2005.
- BARROS, Alberto Ribeiro de. *A teoria de soberania de Jean Bodin*. São Paulo: Unimarco, 2001.
- BARROS, Maurício. Orçamento e discricionariedade. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 975-1007.
- BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro. *Revista da EMERJ*, v. 4, n. 15, p. 11-47, 2001.
- BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. *Revista da EMERJ*, v. 9, n. 33, p. 43-92, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BEÇAK, Rubens. *Democracia: hegemonia e aperfeiçoamento*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.
- BELLAMY, Richard. Democracy, compromise and the representation paradox: coalition government and political integrity. *Government and Opposition*, v. 47, n. 3, p. 441-465, 2012.
- BERCOVICI, Gilberto. *Desigualdades regionais, Estado e constituição*. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A Constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Económica. Universidade de Coimbra. *Boletim Ciências Económicas*, v. XLIX, p. 57-77, 2006.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BIJOS, Paulo Roberto Simão. *Direito orçamentário na Constituição Federal de 1988*. Brasília: Editora Gran Cursos, 2010.

BIJOS, Paulo Roberto Simão. *Orçamentação por desempenho no Congresso Nacional: incentivos institucionais e comportamento legislativo*. Orientador: Nelson Gomes dos Santos Filho. 2020. Dissertação (Mestrado profissional em Poder Legislativo) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, 2020.

BIJOS, Paulo Roberto Simão. Spending review e medium-term expenditure framework: caminhos para maior estabilidade? In: COUTO, Leandro Freitas; RODRIGUES, Júlia Marinho (org.). *Governança orçamentária no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: CEPAL, 2022. p. 159-185.

BINENBOJM, Gustavo. *Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. Execução orçamentária e presidencialismo de coalizão: uma abordagem exploratória. *Revista E-legis*, n. 18, p. 33-50, 2015.

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. Relações Executivo-Legislativo no presidencialismo de coalizão: um quadro de referência para estudos de orçamento e controle. *Textos para Discussão*, Brasília: Senado Federal / Centro de Estudos da Consultoria Legislativa, n. 112, 2012.

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho; BARROS E SILVA, Fernando Veiga. Entre o mar do “autorizativo” e a pedra do “impositivo das emendas”: sobre a possibilidade de resgate institucional do orçamento brasileiro. *Orçamento em Discussão*, Brasília: Senado Federal / Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, n. 44, 2019.

BLIACHERIENE, Ana Carla. *Controle da eficiência do gasto orçamentário*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

BLIACHERIENE, Ana Carla. Orçamento impositivo à brasileira. In: HORVATH, Estevão; CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Direito financeiro, econômico e tributário: homenagem a Regis Fernandes de Oliveira*. São Paulo: Quartier Latin, 2014. p. 49-72.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: em defesa das regras do jogo*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- BOBBIO, Norberto. *Qual democracia?* Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2014.
- BONAVIDES, Paulo. *Constituinte e Constituição: a democracia, o federalismo, a crise contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado social*. São Paulo: Malheiros, 2013.
- BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade*. São Paulo: Malheiros, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOUVIER, Michel; ESCLASSAN, Marie-Christine; LASSALE, Jean-Pierre. *Finances publiques*. 12. ed. Paris: LGDJ, 2013.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Emendas de relator no processo orçamentário: repercussão da decisão do STF ADPF 850, 851, 854 e 1.014 e EC nº 126/2022*. Nota Técnica nº 01/2023. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2023/NT1\\_2023.pdf](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2023/NT1_2023.pdf). Acesso em: 21 mar. 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 565-A, de 2006*. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_pareceres\\_substitutivos\\_votos?idProposicao=332451](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_pareceres_substitutivos_votos?idProposicao=332451). Acesso em: 8 jan. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 02, de 2015*. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_pareceres\\_substitutivos\\_votos?idProposicao=946494](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_pareceres_substitutivos_votos?idProposicao=946494). Acesso em: 12 jan. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 34-A, de 2019, oriunda do Senado Federal*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2197160>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *PEC 565/2006 – Orçamento Impositivo*. Nota Técnica nº 10/2013. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2013/nt10.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *PEC nº 34/2019 (2/2015) – Orçamento Impositivo*. Nota Técnica nº 08/2019, abril/2019. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/NT82019PEC342019.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Planejamento de médio prazo do processo orçamentário*. Estudo Técnico nº 4/2022, março/2022. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2022/EstudoTecnicon4de2022.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Por um novo modelo de emendas ao orçamento*. Estudo Técnico nº 22/2021, dezembro/2021. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/Est22\\_2021.pdf](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/Est22_2021.pdf). Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Vínculo obrigacional e grau de rigidez das despesas orçamentárias*. Estudo Técnico nº 13/2018, agosto/2018. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2018et13-2018-vinculo-obrigacional-e-grau-de-rigidez-das-despesas-orcamentarias>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. *Manual de Emendas ao Orçamento da União para 2023*. Instruções para elaboração de emendas ao PLN 32/2022-CN. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2023/emendas/Manual\\_Emendas.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2023/emendas/Manual_Emendas.pdf). Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*. 9. ed. Brasília: Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:41943](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943). Acesso em: 8 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. *Manual Técnico de Orçamento (MTO)*. 6. ed. Brasília: Ministério da Economia, Secretaria de Orçamento Federal, 2023. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2023:mto2023-atual.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2018. Disponível em: [https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1058/1/estrategia\\_nacional\\_v3.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1058/1/estrategia_nacional_v3.pdf). Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Comentários ao Substitutivo da PEC nº 565, de 2006*. Estudo Técnico nº 01/2013, agosto/2013. Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/ldo/2013/elaboracao/projeto-de-lei/440-notas-tecnicas-e-estudos/estudo-tecnico-no1>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) nº 73*, de 15 de fevereiro de 2023. Instituição Fiscal Independente. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2023/fevereiro/raf-relatorio-de-acompanhamento-fiscal-fev-2023>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 948/2016 – TCU – Plenário*. Rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão de 20.4.2016.

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 2127/2017 – TCU – Plenário*. Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, sessão de 27.9.2017.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 2515/2019 – TCU – Plenário*. Rel. Min. Vital do Rêgo, sessão de 26.10.2019.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 1004/2020 – TCU – Plenário*. Rel. Min. Vital do Rêgo, sessão de 22.04.2020.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 3090/2020 – TCU – Plenário*. Rel. Min. Vital do Rêgo, sessão de 18.11.2020.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório e parecer prévio sobre as Contas do Governo da República*. Exercício 2020. Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues. Brasília: TCU, 2021.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório e parecer prévio sobre as Contas do Governo da República*. Exercício 2021. Rel. Min. Aroldo Cedraz. Brasília: TCU, 2022.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania*. Brasília: ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, 1998.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BUCHANAN, James M. *The limits of liberty: between anarchy and Leviathan*. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.
- BURKHEAD, Jesse. *Orçamento público*. Tradução Margaret Hanson Costa. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1971.
- CABRAL, Nazaré da Costa. *Programação e decisão orçamental: da racionalidade das decisões orçamentais à racionalidade económica*. Coimbra: Almedina, 2008.
- CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; DUARTE, Francisco Carlos. *Hermenêutica e argumentação neoconstitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.
- CAIDEN, Naomi. Shaping things to come super-budgeters as heroes (and heroines) in the late-twentieth century. In: RUBIN, Irene S. (org.). *New directions in budget theory*. Albany: State University of New York Press, 1988. p. 43-58.
- CALABRESI, Guido; BOBBIT, Philip. *Tragic choices: the conflict society confronts in the allocation of tragically scarce resources*. New York: W. W. Norton & Company, 1978.
- CAMPOS, Dejalma de. *Direito financeiro e orçamentário*. São Paulo: Atlas, 1995.
- CAMPOS, Francisco. Orçamento: natureza jurídica. *Revista de Direito Administrativo*, v. 14, p. 447-467, 1948.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. A Lei do Orçamento na teoria da lei: estudos em homenagem ao Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, p. 543-583, 1979.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Constituição dirigente e vinculação do legislador*: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARMO, João Franco do. Contribuição ao estudo da responsabilidade financeira. *Revista do Tribunal de Contas*, Lisboa, n. 23, p. 39-207, 1995.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *Tratado dos impostos*: estudo theorico e pratico. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

CATAPANI, Marcio Ferro. A discricionariedade do Poder Executivo na elaboração do projeto de lei orçamentária anual. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 245-266.

CATARINO, João Ricardo. *Finanças públicas e direito financeiro*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2016.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão *et al.* 1967. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012 (Coleção Constituições Brasileiras, v. VI).

CHEIBUB, José Antônio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 187-218, 2002.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. *Revista Crítica Jurídica*, Curitiba, n. 22, p. 17-29, 2003.

COELHO, Inocência Mártires. A separação de poderes e a atividade legislativa no Estado de direito contemporâneo: tópicos. In: NOVELINO, Marcelo; FELLET; André. *Separação de Poderes*: aspectos contemporâneos da relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 209-228.

COMPARATO, Fábio Konder. O direito e o avesso. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 23, n. 57, p. 7-22, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 31, p. 211-222, 1997.

CONTI, José Mauricio. Comentários aos arts. 32 a 39 da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do (org.). *Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

- CONTI, José Mauricio. Disputa de poder traz o orçamento impositivo de volta ao debate. *Coluna Fiscal JOTA*, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-fiscal/disputa-de-poder-traz-o-orcamento-impositivo-de-volta-ao-debate-18042019>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- CONTI, José Mauricio. Iniciativa legislativa em matéria financeira. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 283-308.
- CONTI, José Mauricio. *Levando o direito financeiro a sério: a luta continua*. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2019.
- CONTI, José Mauricio. *O planejamento orçamentário da administração pública no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2020.
- CORTI, Horacio Guillermo. *Derecho constitucional presupuestario*. Buenos Aires: Lexis Nexis, 2007.
- CORTI, Horacio Guillermo. Derechos fundamentales y presupuesto público: una renovada relación en el marco del neoconstitucionalismo periférico. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 127-186.
- CORTI, Horacio Guillermo. Ley de Presupuesto y derechos fundamentales: los fundamentos jurídicos de un nuevo paradigma jurídico-financiero. *Revista Jurídica de Buenos Aires*, t. I, p. 637-690, 2010.
- COURI, Daniel; BIJOS, Paulo. Subsídios para uma reforma orçamentária no Brasil. In: SALTO, Felipe; VILLAVARDE, João; KARPUSKA, Laura (org.). *Reconstrução: o Brasil dos anos 20*. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 549-582.
- COX, Gary. *The efficient secret: the cabinet and the development of political parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- COZZOLINO, Luiz Felipe Freire; IRVING, Marta de Azevedo. Por uma concepção democrática de governança para a esfera pública. *Revista de Políticas Públicas*, v. 19, n. 2, p. 497-508, 2015.
- DAHL, Robert A. *On democracy*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- DALLARI, Adilson Abreu. Orçamento impositivo. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 309-328.
- DALLAVARDE, Alexandra Katia. *As relações entre os poderes na gestão das finanças públicas*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2013.
- DENHARDT, Robert B. *Teoria geral da administração pública*. Tradução Francisco Heidemann. 5. ed. Florianópolis: ESAG/UEDESC, 2008.

- DEODATO, Alberto. *Manual de ciência das finanças*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. O princípio da não-afetação da receita de impostos e a justiça distributiva. In: HORVATH, Estevão; CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Direito financeiro, econômico e tributário: homenagem a Regis Fernandes de Oliveira*. São Paulo: Quartier Latin, 2014. p. 637-660.
- DOEHRING, Karl. *Teoria do Estado*. Tradução Gustavo Castro Alves Araújo. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- DOMINGUES, José Marcos. Tributação, orçamento e políticas públicas. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, São Paulo: RT, v. 19, n. 99, p. 187-212, 2011.
- DUARTE, Tiago. *A lei por detrás do orçamento: a questão constitucional da lei do orçamento*. Coimbra: Almedina, 2007.
- DUGUIT, Léon. *Traité de droit constitutionnel*. 2. ed. Paris: E. de Boccard, 1924. t. IV.
- DUVERGER, Maurice. *Institutions politiques et droit constitutionnel*. 11. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução Nelson Boeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2002.
- EINAUDI, Luigi. *Principios de hacienda pública*. Tradução J. Alcarra e Miguel Paredes. Madrid: Aguillar, 1948.
- FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 1999.
- FARIA, Rodrigo Oliveira de. *Natureza jurídica do orçamento e flexibilidade orçamentária*. Orientador: José Mauricio Conti. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FARIA, Rodrigo Oliveira de. O redesenho das instituições orçamentárias, a explosão das emendas de relator-geral RP-9 e o julgamento do orçamento secreto pelo STF. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, v. 13, e2302, p. 1-24, 2023.
- FARIA, Rodrigo Oliveira de. Orçamento por resultados: tendências, perspectivas e desafios. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamento Público: III Prêmio SOF de Monografias*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. p. 331-368.
- FERRAJOLI, Luigi. *A democracia através dos direitos: o constitucionalismo garantista como modelo teórico e como projeto político*. Tradução Alexander Araújo de Souza *et al.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno*. Tradução Carlo Coccioli. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. A missão constitucional do orçamento público na efetiva tutela dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. *Revista General de Derecho Constitucional*, Madrid: Iustel, v. 27, p. 1-22, 2018.

- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. A regra de ouro como limite constitucional ao endividamento público no Brasil. *In: CONTI, José Mauricio (coord.). Dívida pública*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 607-638.
- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. *Orçamento público e separação de poderes no Estado constitucional democrático brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho; CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; LIMA, Renata Albuquerque. Nova hermenêutica constitucional e a aplicação dos princípios interpretativos à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: em busca de limites para a atividade jurisdicional. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v. 22, n. 1, p. 218-260, 2017.
- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho; LIMA, Renata Albuquerque. A desvinculação das receitas da União (DRU) como instrumento de flexibilização do orçamento público no Brasil: necessidade ou distorção? *Revista de Direito Tributário e Financeiro*, n. 2, p. 309-330, 2016.
- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho; LIMA, Renata Albuquerque. Constitucionalismo e a ordenação do poder estatal: a teoria da separação de poderes e sua função na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Teoria Constitucional*, v. 3, p. 37-55, 2018.
- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho; LIMA, Renata Albuquerque. Teoria constitucional em mutação: perspectivas do constitucionalismo contemporâneo frente aos desafios da globalização e transnacionalidade. *Revista Brasileira de Direito*, v. 13, n. 3, p. 118-141, 2017.
- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho; OLIVEIRA, Claudio Ladeira. O orçamento público no Estado constitucional democrático e a deficiência crônica na gestão das finanças públicas no Brasil. *Revista Sequência*, v. 38, n. 76, p. 183-212, 2017.
- FERREIRA, Marcelo Vaz. *Orçamento impositivo no Brasil: análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 565/2007 e as implicações políticas e econômicas do novo arranjo institucional*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Princípios fundamentais do direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FERREIRO LAPATZA, José Juan. *Curso de derecho financiero español*. Madrid: Marcial Pons, 2004. v. I.
- FONROUGE, Carlos M. Giuliani. *Derecho financiero*. 3. ed. Buenos Aires: Depalma, 1977. v. 1.
- FRANCO, António L. de Sousa. *Finanças públicas e direito financeiro*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2008. v. I.
- FREITAS, Juarez. *O direito fundamental à boa administração pública*. São Paulo: Malheiros, 2014.

FURTADO, José de Ribamar Caldas. *Elementos de direito financeiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FUX, Luiz. Orçamento público na jurisprudência do STF: a possibilidade de controle judicial, a autonomia constitucional orçamentária e a problemática do orçamento participativo. In: GOMES, Marcus Lívio; ABRAHAM, Marcus; TORRES, Heleno Taveira (coord.). *Direito financeiro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*: homenagem ao ministro Marco Aurélio. Curitiba: Juruá, 2016. p. 23-45.

GALDINO, Flávio. *Introdução à teoria dos custos dos direitos*: direitos não nascem em árvores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. *Curso de derecho administrativo*. 4. ed. Madrid: Civitas, 1983. t. I.

GIACOMONI, James. Despesas vinculadas, despesas obrigatórias e rigidez orçamentária. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 329-356.

GIACOMONI, James. *Orçamento governamental*: teoria, sistema, processo. São Paulo: Atlas, 2019.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIMENE, Márcio. A construção de um sistema integrado de planejamento e orçamento no Brasil: origens, avanços e desafios. In: GIMENE, Márcio; COUTO, Leandro Freitas (org.). *Planejamento e orçamento público no Brasil*. Brasília: ENAP, 2017. p. 29-51.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O tema do orçamento impositivo no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista da AJURIS*, v. 41, n. 134, p. 57-84, 2014.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. *Responsabilidade financeira*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2012.

GONTIJO, Vander. Orçamento impositivo, contingenciamento e transparência. *Cadernos Aslegis*, n. 39, p. 61-72, 2010.

GONTIJO, Vander; GREGGIANIN, Eugênio; SANTA HELENA, Eber Zoehler; NOGUEIRA, Liliane. Emendas parlamentares, orçamento impositivo e gestão participativa. *Cadernos Aslegis*, n. 50, p. 37-71, 2014.

GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* A genealogia filosófica de uma grande aventura humana. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

GRAU, Eros Roberto. Despesa pública – princípio da legalidade – decisão judicial. *Revista de Direito Administrativo*, n. 191, 1993, p. 315-331.

GRAU, Eros Roberto. Discurso de agradecimento pela Medalha Teixeira de Freitas. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 98, p. 667-683, 2003.

- GREGGIANIN, Eugênio. *As deficiências do modelo autorizativo e as perspectivas do orçamento impositivo*. Orientador: Vander Gontijo. 2015. Dissertação (Mestrado profissional em Poder Legislativo) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, 2015.
- GREGGIANIN, Eugênio. *Orçamento participativo: emenda de iniciativa popular ao projeto de lei orçamentária da União para 2022*. Brasília: Câmara dos Deputados / Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, 2014.
- GREGGIANIN, Eugênio; SILVA, José de Ribamar Pereira da. O orçamento impositivo das emendas individuais: disposições da Emenda Constitucional nº 86, de 2015, e da LDO 2015. *Orçamento em Discussão*, Brasília: Senado Federal / Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, n. 16, 2015.
- GRIMM, Dieter. *Constitutionalism: past, present and future*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- GROHMANN, Luís Gustavo Mello. A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, p. 75-106, 2001.
- HÄBERLE, Peter. *El Estado constitucional*. Tradução Héctor Fix-Fierro. México, D.F.: UNAM, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Tradução Vamireh Chacon. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Tradução Hilto-mar Martins de Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2003.
- HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- HART, Herbert. *O conceito de direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Tradução Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1991.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. *The cost of rights: why liberty depends on taxes*. New York: W. W. Norton, 1999.
- HORTA, Raul Machado. Finanças públicas e fins do Estado. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 3, p. 49-62, 1951.

HORVATH, Estevão. *O orçamento no século XXI: tendências e expectativas*. Tese (Titularidade em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HORVATH, Estevão. Orçamento público e planejamento. In: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio (org.). *Estudos em homenagem a Geraldo Ataliba*. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 119-134.

HORVATH, Estevão. Poder Executivo e orçamento público. In: LEITE, George Salomão; STRECK, Lenio; NERY JR., Nelson. *Crise dos poderes da república*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 989-1005.

INGROSSO, Gustavo. *Diritto finanziario*. 2. ed. Napoli: Jovene, 1956.

JARACH, Dino. *Finanzas públicas y derecho tributario*. Buenos Aires: Cangallo, 1985.

JELLINEK, Georg. *Teoría general del Estado*. Tradução Fernando de los Rios. Buenos Aires: Albatros, 1981.

JÈZE, Gaston. *Cours de science des finances et de législation financière française*. 6. ed. Paris: Marcel Giard, 1922.

JHERING, Rudolf von. *A finalidade do direito*. Tradução Heder Hoffmann. Campinas: Bookseller, 2002. t. I.

JUCÁ, Francisco Pedro; ISHIKAWA, Lauro. Orçamento participativo e representação democrática. In: GOMES, Marcus Lívio; ABRAHAM, Marcus; TORRES, Heleno Taveira (coord.). *Direito financeiro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: homenagem ao ministro Marco Aurélio*. Curitiba: Juruá, 2016. p. 167-192.

KANAYAMA, Rodrigo Luís. A ineficiência do orçamento público impositivo. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, ano 7, n. 28, p. 127-144, 2009.

KANAYAMA, Rodrigo Luís. Reflexões sobre o orçamento impositivo: as emendas individuais impositivas. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, ano 12, n. 47, p. 239-256, 2014.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes: contendo a doutrina do direito e a doutrina da virtude*. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2003.

KAUFMANN, Mateo. *El equilibrio del presupuesto*. Madrid: Editorial de Derecho Financiero, 1964.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Tradução João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *O Estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KEYNES, John Maynard. *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1951.

LABAND, Paul. *El derecho presupuestario*. Tradução Jose Zamit. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1979.

- LAUTH, Thomas P. The separation of powers principle and budget decision making. *In*: KHAN, Aman; HILDRETH, W. Bartley (ed.). *Budget theory in the public sector*. Westport, CT: Quorum Books, 2002. p. 42-76.
- LEITE, Harrison Ferreira. *A autoridade da lei orçamentária*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- LELOUP, Lance T. Budget theory for a new century. *In*: KHAN, Aman; HILDRETH, W. Bartley (ed.). *Budget theory in the public sector*. Westport, CT: Quorum Books, 2002. p. 1-21.
- LEROY-BEAULIEU, Paul. *L'État moderne et ses fonctions*. 3. ed. Paris: Guillaumin et Cie. Éditeurs, 1900.
- LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre o orçamento impositivo. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 26, 2003.
- LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Avaliação de políticas públicas: um imperativo para o aperfeiçoamento do setor público. *Revista IBEDAFT*, Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário, v. 2, p. 311-327, 2020.
- LIMA, Eduardo Martins; VIANA, Priscilla Ramos Netto. As relações entre o Executivo e o Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro: considerações sobre a emenda constitucional 86/2015. *Revista Direito Tributário e Financeiro*, v. 2, n. 2, p. 199-220, 2016.
- LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Revista Novos Estudos – CEBRAP*, n. 76, p. 17-41, 2006.
- LIMONGI, Fernando. O Federalista: remédios republicanos para males republicanos. *In*: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000. v. 1. p. 243-287.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. *Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005.
- LINZ, Juan; VALENZUELA, Arturo (ed.). *The failure of presidential democracy: the case of Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.
- LOCHAGIN, Gabriel Loretto. *Execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo*. São Paulo: Blucher, 2016.
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1986.
- LOUGHLIN, Martin. *Foundations of public law*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MACHADO JR., José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. *A Lei nº 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal*. 33. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MAINWARING, Scott. Presidentialism, multipartism, and democracy: the difficult combination. *Comparative Political Studies*, n. 26, p. 198-228, 1993.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. *Revista Lua Nova*, n. 67, p. 105-138, 2006.

MARINHO, Josaphat. Planejamento como controle do poder. *Revista de Direito Público*, São Paulo: RT, n. 95, p. 22-27, 1990.

MARMELSTEIN, George. *Curso de direitos fundamentais*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTIN, Lawrence L. Budgeting for outcomes. In: KHAN, Aman; HILDRETH, W. Bartley (ed.). *Budget theory in the public sector*. Westport, CT: Quorum Books, 2002. p. 246-270.

MARTÍNEZ LAGO, Miguel Ángel. *Lecciones de derecho financiero y tributario*. 11. ed. Madrid: Iustel, 2015.

MARTNER, Gonzalo. *Planificación y presupuesto por programas*. 22. ed. México: Siglo XXI, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *Revista Administração Pública e Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 110-135, 2010.

MATTOS, Miguel Ragone de. Recursos orçamentários observados como bem comum. In: COUTO, Leandro Freitas; RODRIGUES, Júlia Marinho (org.). *Governança orçamentária no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: CEPAL, 2022. p. 59-76.

MELLO, Luiz Henrique Duarte Pereira. *A relação entre os poderes Executivo e Legislativo quanto às emendas individuais ao orçamento*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.

MENDES, Conrado Hübner. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDONÇA, Eduardo Bastos de. *A constitucionalização das finanças públicas no Brasil: devido processo orçamentário e democracia*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

MENDONÇA, Eduardo Bastos de. Da faculdade de gastar ao dever de agir: o esvaziamento contramajoritário de políticas públicas. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (org.). *Direitos fundamentais, orçamento e reserva do possível*. 2. ed. 2. tir. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 373-412.

MENEZES, David Curtinaz; PEDERIVA, João Henrique. Orçamento impositivo: elementos para discussão. *Revista Administração Pública e Gestão Social*, v. 7, n. 4, p. 178-186, 2015.

- MEZZAROBBA, Orides. A democracia representativa partidária brasileira: a necessidade de se (re)pensar o conceito de povo como ator político. *Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 41-48, 2012.
- MILESKI, Helio Saul. *O controle da gestão pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. Coimbra: Almedina, 2009.
- MONCADA, Luis S. Cabral de. *Perspectivas do novo direito orçamental português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORAES, Filomeno. *Estado, Constituição e instituições políticas: aproximações a propósito da reforma política brasileira*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal: finanças públicas democráticas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*. Tradução Peter Naumann. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. *Public finance in theory and practice*. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 1989.
- NABAIS, José Casalta. A face oculta dos direitos fundamentais: os deveres e os custos dos direitos. *Revista de Direito Público da Economia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 20, 2007.
- NASCIMENTO, Carlos Valder do. *Finanças públicas e sistema constitucional orçamentário*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- NASCIMENTO, Carlos Valder do. Planejamento e orçamento-programa. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do (coord.). *Tratado de direito financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2013. v. I. p. 283-311.
- NÓBREGA, Marcos. Orçamento, eficiência e *performance budget*. In: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 693-728.
- NOGUEIRA, Otaciano. *1824*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012 (Coleção Constituições Brasileiras, v. I).
- NOVAIS, Jorge Reis. *Semipresidencialismo: teoria do sistema de governo semipresidencial*. Coimbra: Almedina, 2007. v. I.
- OECD. *OECD Best Practices for Performance Budgeting*. Paris: OECD Publishing, 2018.
- OECD. *Performance budgeting in OECD countries*. Paris: OECD Publishing, 2007.

OECD. *Recommendation of the council on budgetary governance*. Paris: OECD Publishing, 2015.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. A receita da despesa: democracia financeira e bem-estar. In: HORVATH, Estevão; CONTI, José Mauricio; SCAFF, Ferrando Facury (org.). *Direito financeiro, econômico e tributário: homenagem a Regis Fernandes de Oliveira*. São Paulo: Quartier Latin, 2014. p. 445-463.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de direito financeiro*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Gastos públicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

OLIVEIRA, Weder de. *Curso de responsabilidade fiscal: direito, orçamento e finanças públicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. I.

OLIVEIRA, Weder de. *Lei de diretrizes orçamentárias: gênese, funcionalidade e constitucionalidade – retomando as origens*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

OLSEN, Ana Carolina Lopes. *Direitos fundamentais sociais: efetividade frente à reserva do possível*. Curitiba: Juruá, 2008.

ONU. *Promoting independent external audits on credibility of government budgets*. Concept note. Department of Economic and Social Affairs, 2020. Disponível em: <https://internationalbudget.org/wp-content/uploads/sai-handbook-concept-note-december-2020.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ORTEGA MALDONADO, Juan Manuel. La Constitución financiera mexicana y los derechos humanos. In: ORTEGA MALDONADO, Juan Manuel; MARTINEZ REGINO, Alberto (coord.). *Derechos humanos e presupuestos públicos*. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2018. p. 49-60.

PALAO TABOADA, Carlos. *Derecho financiero y tributario*. 2. ed. Madrid: Colex, 1987.

PANCRAZI, Laurent. *Le principe de sincérité budgétaire*. Paris: Harmattan, 2012.

PASCOAL, Valdecir. *Um novo orçamento público?*, 1 jul. 2019. Disponível em: <https://www.tce.mt.gov.br/artigo/show/id/374/autor/3>. Acesso em: 11 set. 2019.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002.

PÉREZ DE AYALA, José Luiz. El principio de reserva de ley tributaria y las nuevas técnicas presupuestarias. *Revista de Derecho Público*, n. 25, p. 23-30, 1973.

PEREZINO, Luiz Fernando de Mello. *A preponderância do Poder Executivo no processo orçamentário*. Brasília: Senado Federal, 2011.

PEREZ-LIÑÁN, Anibal S. As consequências políticas e econômicas das crises entre Executivo e Legislativo. *Revista Opinião Pública*, v. X, n. 1, p. 112-138, 2004.

- PETTER, Lafayette Josué. *Direito financeiro*. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.
- PIÇARRA, Nuno. *A separação de poderes como doutrina e princípio constitucional: um contributo para o estudo das suas origens e evolução*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.
- PINTO, Élda Graziane. *Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real*. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
- PISCITELLI, Roberto Boccaccio. *Orçamento autorizativo x orçamento impositivo*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2006.
- PISCITELLI, Roberto Boccaccio. *Orçamento impositivo: viabilidade, conveniência e oportunidade*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007.
- POLETTI, Ronaldo. *1934*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012 (Coleção Constituições Brasileiras. v. III).
- POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- PORTO, Walter Costa. *1937*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012 (Coleção Constituições Brasileiras. v. IV).
- POSNER, Eric. Presidential leadership and the separation of powers. *Public Law and Legal Theory Working Paper*, University of Chicago Law School, n. 545, 2015.
- PRAÇA, Sergio. *Corrupção e reforma orçamentária no Brasil, 1987-2008*. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2013.
- PRAÇA, Sergio. Processo orçamentário: antecedentes, debates constituintes e mudanças após 1998. In: DINIZ, Simone; PRAÇA, Sérgio (org.). *Vinte anos de Constituição*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 115-135.
- PREMCHAND, A. *Government budgeting and expenditure controls: theory and practice*. Washington: International Monetary Fund, 1994.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- QUEIRÓ, Afonso Rodrigues. *Reflexões sobre a teoria do desvio de poder em direito administrativo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940.
- RAMIREZ CARDONA, Alejandro. *Sistema de hacienda pública*. Bogotá: Temis, 1970.
- REALE, Miguel. *O Estado democrático de direito e o conflito de ideologias*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. *Disciplina fiscal e qualidade do gasto público: fundamentos da reforma orçamentária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. *O orçamento público e a transição do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUEZ BEREIJO, Álvaro. Estudio preliminar: una lección de derecho constitucional. In: LABAND, Paul. *Derecho presupuestario*. Tradução José Zamit. Madrid: Tecnos, 2012. p. IX-CCXXXVII.

RODRIGUEZ BEREIJO, Álvaro. *Introducción al estudio del derecho financiero*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1976.

ROSA JR., Luiz Emygdio. *Manual de direito financeiro e direito tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ROURE, Agenor de. *Formação do direito orçamentário brasileiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social: princípios do direito político*. Tradução Antonio Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUBIN, Irene S. The authorization process: implications for budget theory. In: RUBIN, Irene S. (org.). *New directions in budget theory*. Albany: State University of New York Press, 1988. p. 124-147.

RUBIN, Irene S. *The politics of public budgeting: getting and spending, borrowing and balancing*. 3. ed. Chatham: Chatham House Publishers, 1997.

RUBINSTEIN, Flávio. *Boa-fé objetiva no direito financeiro e tributário*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SABBAG, César de Moraes. Breves considerações sobre deficiências estruturais do sistema orçamentário brasileiro. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 453-460.

SAINZ DE BUJANDA, Fernando. *Hacienda y derecho*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1962. v. 1.

SAINZ DE BUJANDA, Fernando. *Lecciones de derecho financiero*. 7. ed. Madrid: Universidad Complutense, 1989.

SALTO, Felipe; TINOCO, Guilherme; PINTO, Vilma. Regras fiscais e a responsabilidade com as contas públicas. In: SALTO, Felipe; VILLAVERDE, João; KARPUSKA, Laura (org.). *Reconstrução: o Brasil dos anos 20*. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 520-548.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SANTOS, Fabiano. *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

- SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- SARMENTO, Daniel. Constituição e globalização: a crise dos paradigmas do direito constitucional. *Revista de Direito Administrativo*, v. 215, p. 19-34, 1999.
- SARMENTO, Daniel. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. In: LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang (coord.). *Direitos fundamentais e Estado constitucional: estudos em homenagem a J. J. Gomes Canotilho*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 9-49.
- SCAFF, Fernando Facury. Crédito público e sustentabilidade financeira. *Revista Direito à Sustentabilidade*, v. 1, n. 1, p. 34-47, 2014.
- SCAFF, Fernando Facury. *Crônicas de direito financeiro: tributação, guerra fiscal e políticas públicas*. São Paulo: Editora Conjur, 2016.
- SCAFF, Fernando Facury. *Orçamento republicano e liberdade igual: ensaio sobre direito financeiro, república e direitos fundamentais no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- SCHICK, Allen. *A contemporary approach to public expenditure management*. World Bank Institute. Governance, Regulation, and Finance Division, 1998.
- SCHICK, Allen. Does budgeting have a future? *OECD Journal on Budgeting*, v. 2, n. 2, p. 7-48, 2003.
- SCHICK, Allen. *The federal budget: politics, policy, process*. Washington: Brookings Institution Press, 2000.
- SCHICK, Allen. The performing State: reflection on an idea whose time has come but whose implementation has not. *OECD Journal on Budgeting*, v. 3, n. 2, p. 71-103, 2003.
- SCHICK, Allen. The road to PPB: the stages of budget reform. *Public Administration Review*, v. 26, n. 4, p. 243-258, 1966.
- SCHIER, Paulo Ricardo. Armadilhas no devido processo legislativo em contextos democráticos. *Revista de Direito Público Contemporâneo*, Instituto de Estudios Constitucionales da Venezuela: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 60-73, 2018.
- SCHIER, Paulo Ricardo. Presidencialismo de coalizão: democracia e governabilidade no Brasil. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, v. 20, n. 20, p. 253-299, 2016.
- SCHNEIDER, Aaron. Conflito político e instituições orçamentárias: aprofundando a democracia no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 83-107, 2005.
- SERRA, José. *Orçamento no Brasil: as raízes da crise*. São Paulo: Atual Editora, 1994.
- SHUGART, Mathew; CAREY, John. *Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SILVA, José Afonso da. *Orçamento-programa no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

SILVA, José de Ribamar Pereira da. Orçamento impositivo: a execução obrigatória da despesa aperfeiçoaria a gestão pública? *Orçamento Público em Discussão*, Brasília: Senado Federal / Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, n. 01, 2013.

SILVA, Mariana Borges Martins. Somos ingovernáveis? Reflexões sobre o presidencialismo brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, v. 103, p. 931-963, 2008.

SMITH, Adam. *A mão invisível*. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOBRINHO, Barbosa Lima; BALEEIRO, Aliomar. *1946*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012 (Coleção Constituições Brasileiras. v. V).

SODRÉ, Antônio Carlos de Azevedo; ALVES, Maria Fernanda Colaço. Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no Brasil: estudo dos relatórios do programa de fiscalização da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 3, p. 414-433, 2010.

STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: STELZER, Joana; CRUZ, Paulo Márcio. *Direito e transnacionalidade*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 15-54.

STEWART, Iain. Men of class: Aristotle, Montesquieu and Dicey on separation of powers and the rule of law. *Macquarie Law Journal*, v. 4, 2004.

STOURM, René. *Cours de finances: le budget*. 2. ed. Paris: Guillaumin Éditeurs, 1891.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. *Ciência política e teoria do Estado*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SYLVESTRE, André Zech. *Despesa pública: legalidade e discricionariedade*. Uberlândia: LAECC, 2020.

TILLY, Charles. *Democracia*. Tradução Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2013.

TIMM, Luciano Benetti. Qual a maneira mais eficiente de prover direitos fundamentais: uma perspectiva de direito e economia? In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (org.). *Direitos fundamentais, orçamento e reserva do possível*. 2. ed. 2. tir. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 51-62.

TOLLINI, Hélio Martins. Aprimorando as relações do Poder Executivo com o Congresso Nacional nos processos de elaboração e execução orçamentária. *Cadernos Aslegis*, n. 34, p. 213-236, 2008.

TORRES, Heleno Taveira. *Direito constitucional financeiro: teoria da Constituição financeira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de direito constitucional financeiro e tributário: orçamento na Constituição*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. v. 5.

TROBATAS, Louis; COTTERET, Jean-Marie. *Droit budgétaire et comptabilité publique*. 5. ed. Paris: Dalloz, 1995.

- TYER, Charlie; WILLAND, Jennifer. Public budgeting in America: a twentieth century retrospective. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, v. 9, n. 2, p. 189-219, 1997.
- URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Revista Lua Nova*, n. 67, p. 191-228, 2006.
- VALLE, Vanice Regina Lírio do. *Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- VARESCHINI, Julieta Mendes Lopes. *Discrecionariedade administrativa: uma releitura a partir da constitucionalização do direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- VENÂNCIO, Denilson Marcondes. *O desvio de poder orçamentário*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- VERDÚ, Pablo Lucas. Estado de derecho y justicia constitucional: aspectos históricos, ideológicos y normativo-institucionales de su interrelación. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, n. 33, 1983.
- VERMEULE, Adrian. Optimal abuse of power. *North Western University Law Review*, v. 109, n. 3, p. 673-694, 2015.
- VIANA, Arizio de. *Orçamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Financeiras, 1950.
- VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. *Presidencialismo de coalizão: exame do atual sistema de governo brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- VILE, Maurice J. C. *Constitutionalism and the separation of powers*. Indianapolis (USA): Liberty Fund, 1998.
- VILLEGAS, Héctor. *Curso de finanzas, derecho financiero y tributario*. 9. ed. Buenos Aires: Astrea, 2009.
- VOLPE, Ricardo Alberto. O papel das emendas parlamentares no presidencialismo de coalizão: análise da execução antes e após o orçamento impositivo (EC 86/2015). *Cadernos Aslegis*, n. 56, p. 83-118, 2019.
- WALDRON, Jeremy. Separation of powers in thought and practice? *Boston College Law Review*, v. 54, 2013.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- WILDAVSKY, Aaron. *The politics of the budgetary process*. Boston: Little Brown, 1974.
- WILDAVSKY, Aaron; CAIDEN, Naomi. *The new politics of the budgetary process*. 5. ed. New York: Pearson Longman, 2004.